

Para repensar a extensão universitária: contribuição do diálogo entre Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos

**Elaine Monteiro¹
Mônica Sacramento²**

Resumo:

O principal objetivo deste trabalho é discutir o papel da extensão universitária na atualidade a partir das reflexões e contribuições de Paulo Freire, de Boaventura de Souza Santos e de autores no campo da Educação Popular que trabalham com a metodologia participativa na pesquisa em Educação. Além disso, o trabalho toma por base a experiência concreta no campo da extensão universitária, a partir do programa de pesquisa e extensão “Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu”, da Universidade Federal Fluminense.

A experiência do referido programa tem se pautado na relevância da extensão universitária para comunidades negras do Sudeste brasileiro detentoras de um patrimônio cultural de natureza imaterial reconhecido como patrimônio cultural do Brasil, no desenvolvimento de pesquisa acadêmica, e no compromisso com a formação de estudantes de diversas áreas do conhecimento, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Contraditoriamente, as dificuldades inerentes ao desenvolvimento de ações extensionistas e a recorrente desqualificação das mesmas no meio acadêmico, respaldadas em leituras superficiais e descontextualizadas de Paulo Freire, como a referência ao fato de que o autor afirmava não fazer extensão e sim comunicação, nos incitaram a discutir, a partir do referencial teórico aqui proposto e da experiência extensionista acumulada, sobre o papel da extensão universitária e sua relação com a pesquisa e com o ensino. A necessidade apontada por Boaventura de Souza Santos de se repensar a universidade do século XXI, com o resgate e a requalificação de suas relevantes ações extensionistas dialoga, no trabalho apresentado, com o pensamento de Paulo Freire.

Espera-se, a partir das reflexões propostas, contribuir para a valorização institucional da extensão universitária.

¹ Professora da Universidade Federal Fluminense, Coordenadora Geral do Programa de Extensão “Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu”. elaine@vm.uff.br

² Doutoranda em Educação na Universidade Federal Fluminense, Coordenadora Executiva do Programa de Extensão “Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu”. monisacra@yahoo.com.br

1 – A desqualificação da extensão universitária:

A extensão é o eixo do tripé institucional da universidade que dialoga com a sociedade por meio do desenvolvimento de programas e projetos que atuam diretamente na realidade social. Os dois outros eixos, ensino e pesquisa, são aqueles com os quais a extensão deveria se articular para que a universidade cumprisse plenamente a sua função na sociedade. À produção de conhecimento das atividades de pesquisa está diretamente vinculado o ensino, como forma de socialização de parte do conhecimento produzido. A extensão seria uma espécie de retorno à sociedade, “na prática”, de parcela do conhecimento produzido, por meio da atuação direta de professores, técnicos e estudantes, junto a comunidades, grupos, instituições, etc.

O preceito da articulação entre ensino, pesquisa e extensão ainda se mantém como um dever da universidade. Como espaço privilegiado de formação, as atividades de ensino e todas as ações a elas relacionadas assumem posição de destaque na universidade. Da mesma forma, se destacam as atividades de pesquisa, vinculadas ao papel de produção de conhecimento. A supremacia do ensino e da pesquisa com relação à extensão se evidencia no aporte de recursos, refletido, por exemplo, no número de bolsas alocado em cada um dos eixos, e no apoio dado pelos órgãos de fomento vinculados aos ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia, assim como nos processos avaliativos do desempenho docente, que privilegiam as atividades de pesquisa em detrimento das atividades de extensão.

Uma das referências feitas ao trabalho extensionista é que, por ser voltado para a prática, com forte implicação com a realidade social e com o contexto de atuação, retira do trabalho docente o tempo e o distanciamento necessários às atividades de pesquisa. De certa forma, os que defendem esta posição, bastante comum, enfatizam o fato de que a intervenção na realidade social por meio da extensão consome muito tempo e trabalho dos professores. Como a energia despendida no envolvimento com a prática não rende grandes méritos acadêmicos, não há motivos para tal envolvimento. Atualmente, ou muitos professores não se vinculam à extensão por este motivo ou dela se afastaram.

Mesmo assim, quando se observa a relevância social e a quantidade de programas e projetos desenvolvidos junto à sociedade pela universidade, pode-se perceber a dimensão e a importância que a extensão tem tanto para a universidade, inclusive como campo de formação, quanto para a sociedade.

A falta de apoio e a desvalorização da extensão na hierarquia das atividades acadêmicas geram certa desqualificação da extensão e dos professores que a ela se dedicam, como se eles fossem aquela pequena parcela do conjunto da universidade que se preocupa com o “social” e que, em função disso, de certa forma, não atinge, com tanta presteza e rapidez, os níveis de produção.

Pouco mais de vinte anos nos separam do processo de democratização do país, de uma nova Constituição e de um conjunto de marcos legais que ampliaram direitos na sociedade brasileira, que criaram novos serviços em vários setores, e que provocaram novas dinâmicas na vida social que afetam diretamente a universidade. Nos movimentos sociais que se articularam e ganharam visibilidade na década de 80, estavam as proposições de muitas dessas conquistas democráticas que se materializam em bens e serviços na década de 90 e na de 2000, apesar de sabermos que ainda há muito a se garantir em termos de direitos a boa parte da população brasileira.

No entanto, não se pode negar que, entre os direitos conquistados, está a ampliação do acesso à educação, que faz com que um contingente muito maior de jovens que concluem o Ensino Médio atualmente pressione o Estado para a ampliação do acesso à universidade, como tem ocorrido nos últimos anos. Da mesma forma, direitos conquistados nos campos da saúde, da assistência social, da cultura, do trabalho, da juventude, da igualdade racial, das mulheres, da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de deficiência, do meio ambiente, da terra, etc. geraram novas demandas para a sociedade e, conseqüentemente, para a universidade. A universidade, na pesquisa e na extensão, cumpriu e continua a cumprir importante papel no assessoramento e na pesquisa sobre os processos de democratização da sociedade e sobre os espaços de controle social, por exemplo. Em muitas áreas acima citadas, professores se comprometem com o desenvolvimento de programas e projetos que produzam conhecimentos e formas de intervenção na realidade social em consonância com os novos marcos legais, como forma de colaboração para a construção de políticas públicas. Muitas dessas experiências se desenvolvem na extensão, de forma articulada com a pesquisa.

Para ficarmos apenas no campo da educação, as demandas pelo acesso e permanência de jovens, de forma geral, e de jovens negros e indígenas, especificamente, se materializaram de tal forma na sociedade e forjaram, em meio a muitos conflitos, a abertura da universidade. As conseqüências de tais processos parecem ainda não ter sido completamente analisadas, exatamente por estarem em processo, ainda que muitos estudos já tenham sido produzidos sobre o acesso, em especial da população negra, à universidade. Mas, particularmente no campo da extensão, talvez ainda não consigamos dimensionar as conseqüências disso, com o desenho de novos programas e projetos, como a grande rede de pré-vestibulares populares que se tece no interior das universidades públicas do país e o papel dos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros, que também foram criados em um grande número de universidades.

Todavia, o lugar atribuído à extensão na universidade, associado às exigências de produtividade em pesquisa e às pressões que a própria sociedade tem feito sobre a universidade com relação à sua relevância social, têm levado ao questionamento, por parte

de professores e gestores, sobre a existência e permanência da extensão universitária. Há quem hoje questione o tripé ensino, pesquisa e extensão e proponha que a universidade seja apenas ensino e pesquisa, e que esta esteja cada vez mais ancorada na sociedade. Para a defesa de tal tese, são usados argumentos acadêmicos que procuram desqualificar ainda mais a extensão. Um ícone da educação brasileira, Paulo Freire, é lembrado constantemente, em função de sua publicação, que é datada e escrita em determinado contexto, em que faz uma crítica contundente à extensão e defende, em seu lugar, o termo comunicação.

Corremos, portanto, o risco, de que pressões externas e internas, de forma apressada, desqualifiquem a extensão de tal forma que levem, em algum tempo, a sua extinção, o que seria uma enorme perda para os processos de formação que ocorrem na universidade. Caso isso ocorra, jogaremos fora, como diz o ditado popular, “a água do banho e a criança”, pois tomaremos uma decisão que em muito poderá comprometer os processos de formação que ocorrem na universidade antes de termos efetivamente conseguido cumprir nosso papel enquanto responsáveis pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Pelo compromisso com a formação das novas gerações e com o papel da universidade na sociedade, o momento exige um posicionamento em defesa da extensão. Este trabalho se pretende uma colaboração nesse sentido, a partir do diálogo com Paulo Freire e com Boaventura de Sousa Santos. O pano de fundo do diálogo entre os dois autores, justificado pelo contexto em que escreve Paulo Freire, por sua trajetória, e pela natureza da experiência extensionista apresentada é a relação entre Movimentos Sociais e Educação.

Vale ressaltar que este trabalho apenas esboça, a partir da experiência extensionista, algumas reflexões sobre a relevância da extensão. Trata-se de uma primeira “carta de intenções” a favor da extensão. Os fatos e a sinalização de dados aqui mencionados deverão ser posteriormente sistematizados e podem vir a gerar um projeto de pesquisa sobre programas e projetos de extensão que, quando analisados, poderão fundamentar um estudo mais aprofundado sobre a relação entre universidade e sociedade.

2 – Extensão ou Comunicação?

Em 1969, Paulo Freire publicou, no Chile, o livro “Extensão ou Comunicação?”. Nele, o autor problematiza o termo “extensão” e defende a tese de que ele deveria ser substituído pelo termo “comunicação” para que se concretizasse como uma prática libertadora em Educação.

A leitura cuidadosa do texto de Paulo Freire nos leva à compreensão de que em momento algum do autor questiona o fato da universidade se sustentar no tripé ensino, pesquisa e extensão ou o fato da universidade desenvolver atividades diretamente voltadas para a realidade social. Muito pelo contrário, ao problematizar o termo extensão, o que Paulo Freire questiona é a forma pela qual a universidade se relaciona com a sociedade, relegando os sujeitos envolvidos nesta relação a “objetos” das ações extensionistas, assim como questiona a hierarquia dos conhecimentos socialmente valorizados.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber” até a “sede da ignorância” para salvar, com este saber, os que habitam nesta. (p.15)

Não se pode ignorar o fato do texto ser escrito em um determinado contexto político e social. O extensionista analisado por Freire era o agrônomo e a relação estabelecida por este com trabalhadores rurais. O que o autor procura problematizar é o papel do agrônomo como educador, o seu *fazer com* os trabalhadores. As práticas instituídas pelos agrônomos na extensão universitária junto aos trabalhadores rurais naquele período denominava-se “assistência técnica”. Tratava-se de capacitar para a utilização de determinadas técnicas, repassadas sem problematização ou contextualização, como se fossem “neutras”. Além disso, o processo de transmissão de tais técnicas não levava em conta o conhecimento prévio e a experiência dos sujeitos envolvidos, tratava-os simplesmente como objetos de uma ação e não como sujeitos do conhecimento: *Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito que o homem pode realmente conhecer. (p.16)*

Paulo Freire criticava ainda as práticas, de influência norte americana e de cunho assistencialista, conhecidas como de desenvolvimento comunitário:

No momento em que os “trabalhadores sociais” definam o seu quefazer como “assistencialista” e, não obstante, digam que este quefazer é um quefazer educativo estarão cometendo na verdade um equívoco de conseqüências funestas, a não ser que tenham optado pela “domesticação” dos homens, no que estarão sendo coerentes e não equivocados. (p.28)

Pode-se, pela análise das questões trabalhadas por Paulo Freire, pela sua história e pela sua obra, deduzir que os questionamentos do autor não passavam pelo fato da universidade desenvolver ações voltadas para a sociedade, mas sim pelas práticas

extensionistas instituídas, que refletiam uma determinada visão de mundo e um posicionamento da universidade frente ao mesmo, sobretudo pela forma como os extensionistas se relacionavam como as pessoas das comunidades envolvidas em tais ações:

Esta descrença no homem simples revela, por sua vez, um outro equívoco: a absolutização de sua ignorância (...) a ignorância se encontra sempre nos outros, nunca em quem aliena. (p.30)

Como pode ser observado, o alvo da crítica é o posicionamento da universidade como centro de um único saber, como detentora de todos os conhecimentos. A visão Iluminista de que este conhecimento precisaria ser levado (estendido) aos homens simples, concebidos como objeto das ações, para que pudessem se *civilizar*, ignorando seus saberes e práticas.

De acordo com o autor, esse tipo de posicionamento se baseia em uma teoria anti dialógica da ação e gera, por sua vez, processos educativos anti dialógicos que se configuram como invasão cultural. A este tipo de prática Freire contrapõe a educação dialógica, concebida não mais como simples extensão do conhecimento, mas como comunicação entre sujeitos do conhecimento:

O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o "pronunciam", isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. (p.28)

A partir da análise das práticas extensionistas desenvolvidas, do posicionamento dos sujeitos envolvidos em tais práticas, dos conhecimentos socialmente valorizados, dos saberes e das práticas descartados, e das concepções de educação envolvidas em tais ações, Paulo Freire propõe a adoção do termo comunicação, ao invés de extensão, como possibilidade de diálogo entre universidade e sociedade. Em momento algum de seu texto o autor propõe a supressão da extensão universitária, o que ele propõe é a troca o termo *extensão* por *comunicação*.

3 – As contribuições de Boaventura de Sousa Santos ao diálogo:

Santos (2004) identifica crises na universidade pública e reconhece os processos de desinvestimento na mesma por parte do Estado. Aponta ainda a mercantilização da educação, decorrente de transformações na sociedade oriundas do processo de globalização da economia. Mas ressalta que as transformações nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento também afetaram a universidade.

Após uma exposição sobre as crises que afetam a universidade pública na atualidade, o autor defende a tese de que o enfrentamento de tais crises é possível e que passa pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e pelo papel social da universidade:

A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais. (p.62)

A universidade em si só tem sentido se articular ensino, pesquisa e extensão:

As reformas devem partir do pressuposto que no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade. (p.65)

Entre as crises da universidade apontadas pelo autor, nos deteremos em apenas uma, a crise de legitimidade, gerada pela hierarquização dos saberes especializados e pelas restrições de acesso, por um lado, e pelas exigências sociais e políticas de democratização, por outro. Para o enfrentamento da crise de legitimidade, Santos aponta cinco ações fundamentais: acesso; extensão; pesquisa ação; ecologia dos saberes; universidade e escola.

Para efeito deste trabalho, nos deteremos apenas na extensão, na pesquisa ação e na ecologia dos saberes, mas vale ressaltar que o autor defende a ampliação do acesso, com a manutenção da gratuidade do ensino e com as políticas de ação afirmativa.

Para Santos, a extensão pode ser usada para aprofundar a crise da universidade, caso seja voltada para atividades rentáveis, o que deve ser evitado. O autor defende a idéia de que é objetivo prioritário da extensão o apoio solidário na resolução de problemas de exclusão e de discriminação, assim como as ações que dão voz a grupos excluídos e discriminados.

A pesquisa-ação, identificada como *definição e execução participativa de projetos de pesquisa*, e a ecologia de saberes são mais abrangentes do que a extensão, uma vez que podem estar presentes nos processos de formação e nas atividades de pesquisa. A ecologia de saberes é identificada como uma extensão ao contrário, de fora para dentro da universidade, com a promoção de diálogos entre o saber científico e os saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, e aqueles provindos de culturas não ocidentais que circulam na sociedade.

A ecologia de saberes são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer neste diálogo. Implica uma vasta gama de

ações de valorização tanto do conhecimento científico como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes. (pp.77-78)

O diálogo com Boaventura de Sousa Santos revela questionamentos similares àqueles de Paulo Freire em um novo contexto político e social, uma vez que também coloca em questão o papel da universidade na sociedade e a relação estabelecida entre o conhecimento científico e as demais formas de conhecimento existentes na sociedade.

A crise de legitimidade é também a crise dos usos que têm sido feitos dos conhecimentos produzidos na sociedade, assim como a crise de uma distribuição extremamente desigual deste conhecimento.

A partir da experiência em um programa de pesquisa e extensão, retomaremos, ao final deste trabalho, o diálogo com Paulo Freire e com Boaventura de Sousa Santos.

4 – O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu:

O Jongo é uma manifestação cultural de matriz africana, referência em várias regiões dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Suas matrizes africanas estão ligadas aos negros de origem bantu, cuja influência foi fundamental na cultura brasileira.

No ano de 2005, o “Jongo no Sudeste” foi registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural do Brasil. Em 2008, iniciaram-se as atividades do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu³, programa de pesquisa e extensão da Universidade Federal Fluminense, desenvolvido em parceria com o IPHAN e com comunidades jongueiras, e principal articulador das ações do plano de salvaguarda do “Jongo no Sudeste”.

A metodologia participativa subjacente a todas as ações do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem permitido aos parceiros no programa o enfrentamento do desafio da construção coletiva da política pública de salvaguarda de um patrimônio imaterial. Os detentores dos saberes e práticas do patrimônio reconhecido são sujeitos na construção

³ No momento de criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, sua denominação foi discutida com jongueiros. Como o Pontão tem abrangência regional e reúne várias comunidades, nota-se que em algumas delas a denominação da manifestação cultural é “jongo” (Costa Verde do estado do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, comunidades de São Paulo e no norte do Espírito Santo), em outras é “caxambu” (Noroeste do estado de Rio de Janeiro, Zona da Mata Mineira, e em algumas comunidades no sul do Espírito Santo). Há ainda comunidades que enfatizam a diferença entre o “jongo” (ponto cantado) e o “caxambu” (dança e nome do tambor grande tocado na roda de jongo). Diante dessas diferenciações, foi feita a opção pela manutenção dos dois nomes na denominação do Pontão de Cultura. Da mesma forma, neste texto, adotam-se frequentemente os dois termos nas referências à manifestação e ao patrimônio cultural do Brasil.

desta política cultural pública que é muito recente em nosso país e ainda não está consolidada. Tal opção metodológica coloca em diálogo, e muitas vezes em conflito, diferentes concepções e posicionamentos.

A Universidade Federal Fluminense tem tido, ao longo dos anos, uma participação relevante no trabalho de pesquisa e extensão com as comunidades jongueiras. A UFF descentraliza suas atividades em alguns *campi* no interior do estado, onde há presença de comunidades jongueiras. Tanto no Noroeste quanto no Sul do estado do Rio de Janeiro, a presença da universidade fortaleceu a realização dos Encontros de Jongueiros, movimento que começou com os próprios jongueiros e derivou no auto-reconhecimento do Jongo/Caxambu como patrimônio cultural e na reivindicação do registro.

As ações do Pontão se organizam em três eixos: articulação e distribuição; capacitação e qualificação; difusão e divulgação. O trabalho é realizado com dezesseis comunidades na região sudeste, área de abrangência do programa, o que é um grande desafio. Trata-se do que pode ser chamado de uma região cultural ou de um grande território jongueiro, que é anterior ao regime federativo e que extrapola os limites das esferas de poder em que se dividem e organizam as instituições, como o próprio IPHAN.

Pela abrangência regional, o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu é uma espécie de Pontão itinerante. Sua base é uma sala na universidade, de onde são coordenadas e organizadas todas as ações, que são desenvolvidas de forma descentralizada nas comunidades.

Entre as ações de articulação e distribuição, estão: realização de reuniões e eventos de articulação das comunidades; assessoria às comunidades para melhoria das condições materiais de realização de suas atividades; instituição de prêmios para viabilizar ações específicas das comunidades; realização de levantamento e análise de perfil social das comunidades e articulação de políticas públicas locais em benefício das mesmas a partir da sistematização e análise dos dados levantados. As ações de capacitação consistem basicamente em oficinas que acontecem de forma descentralizada nas comunidades e no trabalho de assessoria. As ações de difusão e divulgação integram outro eixo do Pontão, com a edição anual de um calendário jongueiro, e com a coletânea “O Jongo na Escola” e a realização de seminários de divulgação da mesma junto a professores da rede pública de ensino em todos os municípios do território jongueiro.

A coletânea “O Jongo na Escola” destina-se às escolas como forma de divulgação do Jongo/Caxambu e como incentivo e colaboração à formulação de ações educativas pautadas na Lei 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A idéia, bastante

simples, foi reunir em um fichário nove documentários produzidos junto às comunidades jongueiras por diferentes parceiros, acompanhados de artigos com reflexões sobre temáticas abordadas nos filmes e com sugestões de atividades didáticas. O fichário contém ainda um livro didático intitulado “Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu – História, Memória e Patrimônio”, organizado pelo Laboratório de História Oral e Imagem da UFF. Em 2009, foi realizado o documentário “Sou de Jongo” e criado o Portal do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

A partir da experiência com comunidades jongueiras no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, o que se observa é que, em termos de elaboração de políticas culturais públicas voltadas para as comunidades e grupos de cultura popular, trata-se do aprendizado mútuo da sociedade e do Estado. Para isso, é importante procurar construir juntos determinados conceitos e desenvolver também juntos ações, uma vez que se trata, com a ampliação do acesso a políticas culturais, de trilhar novos caminhos de garantia de direitos na sociedade. Neste sentido, acreditamos que o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu constituiu-se, ao mesmo tempo, em um campo de reflexão/investigação e ação de políticas públicas de salvaguarda de patrimônio imaterial.

O grande desafio, desde o início das atividades, tem sido desenvolver as atividades *com* os jongueiros e não *para* eles, o que significa, em muitos momentos, a troca de papéis e de lugares de enunciação. Trocar de lugar implica em constatar a presença de outras lógicas e práticas e recriar formas de desenvolvimento de projetos coletivos.

Como observa Santos (2005), a ação coletiva se constrói em torno de um projeto comum e requer um equilíbrio entre estrutura e ação. No caso das comunidades jongueiras, havia uma proposta formulada coletivamente a ser desenvolvida, a do Pontão de Cultura. As reuniões de articulação se constituíram como uma espécie de fórum das comunidades, que não teria se fortalecido, criado um espaço público de discussão e um coletivo se não fossem as ações concretas das oficinas, organizadas de forma descentralizada nas comunidades, junto com as lideranças e com a participação de um número maior de pessoas das comunidades. Foram as oficinas que fizeram com que o *fazer com* e não *fazer para* não fosse mero efeito de retórica. Elas foram a possibilidade de realizações concretas, consecução de objetivos estabelecidos em conjunto, encontros e trocas, e alargamento das possibilidades do Pontão no interior das próprias comunidades.

A ação coletiva se constituiu no Pontão de Cultura, mas ela permanece um desafio. Na tessitura da rede jongueira que se articula, há momentos claros de disputa de interesses particulares de comunidades, indivíduos ou instituições. Esta é uma tensão permanente tanto no coletivo das comunidades do Pontão quanto no interior de muitas comunidades.

Nestas, quando há um projeto definido, geralmente articulado a partir do jongo, a ação coletiva se desenvolve e o jongo é o fio condutor da mesma. Como diz uma das lideranças, *não existe jongo sozinho*. Desta forma, no jongo, as pessoas têm podido se organizar no desenvolvimento de projetos comunitários.

Jelin (2000) nos diz que a humanidade está no pertencimento a uma comunidade, que o pertencimento e a interação são as bases fundantes da idéia de comunidade e de humanidade, que necessitamos de espaço público, da presença do outro, da interação, para nos tornarmos humanos.

A organização comunitária, seja no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu como um todo, com a articulação de um coletivo jongueiro que se coloca como sujeito na elaboração e implantação de uma política cultural pública, seja no interior de cada comunidade, coloca-se como uma questão de cidadania e de garantia de direitos. A partir dela desenvolvem-se ações coletivas que podem provocar transformações na realidade das comunidades.

O papel institucional da universidade tem sido, em grande parte, de mediação técnica e política. O *fazer com* tem implicado na reflexão sobre nós mesmos. Do lugar institucional de onde falamos na relação com as comunidades, observamos que fomos levadas pelo Coletivo Jongueiro e pelas relações que com ele estabelecemos por meio de nossas atividades específicas, ao estabelecimento de uma parceria que nos tem feito refletir constantemente sobre qual é o nosso papel institucional junto às comunidades jongueiras.

A UFF tem tido um papel central no desenvolvimento das ações do Pontão, em especial por meio de seus estudantes, responsáveis pela execução de várias ações, sob a supervisão de professores. Sem a participação da universidade, provavelmente o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu não teria desenvolvido todas as ações que desenvolveu. E a participação nessas atividades tem sido um campo diferenciado de formação profissional. A experiência do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem feito com que professores e estudantes que dele participam confrontem a si mesmos em seus processos de formação a partir das relações estabelecidas com os jongueiros. Ao assimilarmos valores, saberes e práticas da cultura jongueira e com ela aprendermos, enfrentamos juntos o desafio da construção coletiva e revemos nossas práticas.

Mas ainda há muito por fazer. Houve, por meio das ações desenvolvidas, uma aproximação do Jongo/Caxambu, mas ainda devemos aos jongueiros, em especial às novas gerações, um lugar na universidade. Quando eles estiverem presentes neste espaço e ocuparem os lugares que lhes são devidos, provavelmente teremos, por tudo o que eles

sabem, pelo que são, pelos valores que representam e carregam consigo, uma universidade mais humana.

O coletivo que procuramos construir por meio do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu deve ser ampliado e amplificado em seus diálogos, sons, ritmos e trocas. A política de salvaguarda do patrimônio imaterial pode contribuir, em conjunto com as demais políticas públicas, neste processo de ampliação, amplificação e garantia de direitos.

5 – O diálogo com Freire e Santos a partir da experiência do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu:

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu articula ações de ensino, pesquisa e extensão. Ele se constituiu como um programa, decorrente do desenvolvimento anterior de projetos de extensão. A participação de estudantes e professores de diversas áreas tem sido fundamental à realização de todas as ações e sem eles estas certamente não teriam sido desenvolvidas. Por outro lado, são constantes os relatos de estudantes sobre a importância das experiências que vivenciam nas comunidades jogueiras para sua formação. Da mesma forma, professores de diversas áreas têm relatado as mudanças ocorridas em cursos e disciplinas a partir da inserção dos estudantes no programa, com a emergência de novas temáticas, como o racismo, o patrimônio, a identidade negra, as políticas de ação afirmativa.

O Pontão de Cultura ainda não está vinculado de forma sistemática a atividades de ensino. O trabalho desenvolvido é eventualmente apresentado em disciplinas de graduação e pós-graduação. Professores vinculados ao programa com atividades de pesquisa articulam o trabalho e a experiência no mesmo com suas atividades de ensino. Pretende-se, no futuro, a partir das demandas que têm surgido no campo da formação, inaugurar disciplinas e cursos vinculados ao programa.

De acordo com os pressupostos da ecologia de saberes proposta por Santos, pretende-se, em breve, fazer o percurso inverso, ou seja, da sociedade para a universidade e, cada vez mais e de forma permanente, trazer mestres e lideranças jogueiras para o desenvolvimento de atividades de ensino na universidade, como ocasionalmente tem sido feito e com base em experiências já desenvolvidas no Brasil de criação de disciplinas de graduação compartilhadas entre professores da universidade e mestres da cultura popular.

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem permitido a circulação entre comunidades e universidade, na perspectiva de que não é só a universidade que vai até as comunidades, mas de que estas também circulam pela universidade em diversas atividades. Essa circulação tem permitido o compartilhamento de saberes e práticas de ambos os lados e tem possibilitado o debate sobre o acesso à universidade.

A realização de debates e oficinas de identidade negra, a problematização da desigualdade de acesso entre brancos e negros à universidade e a convivência e as trocas entre estudantes da universidade e jovens das comunidades jongueiras em tais atividades têm possibilitado a troca de experiências e a circulação em vários espaços. Tais experiências já incentivaram o acesso de jovens jongueiros à universidade, além de terem se apresentado como possibilidade de futuro para jovens que até então não pensavam em dar continuidade aos estudos pelo distanciamento que tinham do espaço da universidade e por reconhecerem na mesma um espaço a eles interdito.

Com relação à pesquisa, de acordo com a metodologia de trabalho do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, pautada na construção coletiva das ações, identificamos hoje duas formas diferenciadas de produção de conhecimento. Há pesquisas acadêmicas desenvolvidas por professores e estudantes de graduação e de pós-graduação que têm como campo de investigação comunidades integrantes do Pontão e temáticas a elas relacionadas. Mas há também um conjunto de conhecimentos que tem sido produzido ao longo do desenvolvimento das próprias ações, no *fazer com*, que se dá coletivamente entre professores, estudantes, jongueiros e jongueiras.

Temos construído juntos, nos diálogos que se estabelecem nas várias ações, conhecimentos sobre diversas temáticas como patrimônio, salvaguarda de um patrimônio imaterial, identidade negra das comunidades jongueiras, organização comunitária, papel dos jovens nas comunidades, papel da universidade, mediação, e sobre a própria metodologia de nosso trabalho.

Tais temáticas não estavam dadas inicialmente, foram percebidas e trabalhadas ao longo do processo e tem se desdobrado em artigos e textos que refletem o conhecimento produzido. O desafio que se faz constante é o do diálogo permanente entre ação e reflexão, teoria e prática. Se, por um lado, há momentos em que somos completamente tomadas pelo desenvolvimento de ações e nos ressentimos do tempo para a imersão na atividade de pesquisa; por outro lado, não há como negar que a proximidade com o trabalho e com as questões a ele relacionadas dá à atividade de pesquisa e de produção do conhecimento densidade.

Reconhecemos que este tipo de pesquisa, desenvolvido a partir de questões emergentes, de forma articulada com as comunidades, apresenta um *modus operandi* diferenciado da pesquisa acadêmica que poderíamos chamar de “tradicional” e que também é desenvolvida no âmbito do Pontão de Cultura. Mas o fato de ser desenvolvida de forma diferenciada não retira da mesma o seu caráter acadêmico e o mérito da produção de conhecimento.

Identificamos neste tipo de pesquisa características que a associam à princípios metodológicos da pesquisa participante, tais como:

- a) *Ela responde de maneira direta à finalidade prática a que se destina, como um meio de conhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas;*
- b) *Ela é um instrumento dialógico de aprendizado partilhado e, portanto, como vimos, já possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora;*
- c) *Ela participa de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber popular e, no limite, poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular;*
- d) *Ela partilha, com a educação popular, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes. (Brandão, 2006, p.46)*

No entanto, também compreendemos que a pesquisa participante marcou um determinado período e um determinado contexto político e social. Se no período trabalhado por Paulo Freire no texto aqui apresentado a atividade extensionista vinculava-se à assistência técnica e tinha um cunho assistencialista, nas décadas de 70 e 80, ainda no período da ditadura militar, a assessoria aos movimentos populares, como forma de emancipação e, inclusive, como contraponto ao caráter assistencialista do período anterior, por parte de intelectuais ligados às universidades, teve grande importância nos processos de organização da sociedade civil. A pesquisa participante, em suas diversas formas e dimensões, marcou este período. Apesar de sua relevância para o trabalho da universidade com os movimentos sociais, a pesquisa participante parece não ser plenamente assumida e nem plenamente descartada, como lembra Brandão. Ela permanece, de diversas formas, no meio acadêmico, como metodologia participativa, observação participante, investigação participante, etc., mas nunca foi completamente assimilada pela academia por sua forte vinculação com a ação.

Estamos, no trabalho do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, discutindo permanentemente a relação da universidade com as comunidades jongueiras, no ensino, na pesquisa e na extensão, que parece adquirir hoje novas dimensões, em função da complexidade das questões relacionadas à mediação institucional, sobretudo na relação com o Estado e no processo de elaboração e implementação de políticas públicas.

Produzir conhecimento sobre esta metodologia de trabalho, no momento atual, em que a relação entre universidade e sociedade é problematizada é fundamental. Mas o que também pretendemos aqui demonstrar é que, por ser uma instituição social, esta relação sempre esteve e sempre estará colocada para a universidade. As opções teóricas e metodológicas, como bem demonstra Paulo Freire, estão vinculadas a um posicionamento ético político perante à sociedade. Certamente, nos filiamos às metodologias participativas

de pesquisa junto aos movimentos sociais. Se os movimentos, em suas linguagens, práticas e pautas de reivindicações se transformam, as práticas de pesquisa com eles se modificam, mas, especialmente no trabalho junto aos movimentos sociais, há determinados compromissos ético políticos que definem alinhamentos e opções, tal como: *Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa participante.* (Brandão, p.31)

6 – Considerações finais:

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (Freire, 1985, p.15)

Espera-se que os diálogos e reflexões apresentados neste trabalho tenham cumprido o papel o objetivo proposto inicialmente de se fazer uma defesa responsável da extensão universitária e de demonstrar que o que está em jogo é um posicionamento ético-político da universidade perante a sociedade, que passa tanto por suas atividades de ensino quanto de pesquisa e de extensão.

Na sociedade contemporânea somos facilmente pressionados pelo pragmatismo das soluções rápidas e imediatas, que, em nome da superficialidade, descartam possibilidades antes mesmo delas serem efetivamente experimentadas. Pretender a supressão da extensão universitária, com base em justificativas superficiais ou justificando a crítica ou a supressão da extensão em função de análises precipitadas das pressões sobre a universidade talvez seja o caminho mais fácil para o desperdício da experiência e para o cumprimento das exigências produtivistas que parecem afastar a universidade de seu diálogo mais próximo com a sociedade, que se realiza exatamente por meio de ações de caráter extensionista.

(...) A proposição cínica do “faça o que eu digo, não o que eu faço”, está destituída de possibilidade de êxito. O que eu digo tem que estar pautado no que eu faço e nas conseqüências deste fazer, com seus caminhos e descaminhos. É daí que resulta o aprendizado e a possibilidade de mudança para o novo. (...) Trata-se de “remar contra a maré”, vale dizer, contra o modelo de sociedade que temos, com a sua ética excludente, competitiva e predatória. Porém, mais do que buscar se opor, perspectiva em que o outro dá as cartas, e nós estamos sempre correndo atrás, trata-se de CONSTRUIR através de processos educativos, e neles mesmos, formas solidárias, igualitárias e plurais de convivência entre os homens. Ter essa postura é se opor, mas se opor na ofensiva de quem deseja CONSTRUIR. (GARCIA, P.B., 1995)

Tais ações, assim como aquelas relacionadas ao ensino e a pesquisa, devem certamente passar por uma análise crítica, em especial com relação à dificuldade de articularem-se entre si. Mas também devem ser concebidas como constitutivas da universidade e devem ser igualmente valorizadas. A desqualificação da extensão compromete também a qualidade do ensino e da pesquisa.

A valorização da extensão, como espaço de socialização de saberes e práticas, de trocas de experiências e de construção coletiva de conhecimento pode, na experiência do programa aqui apresentado, contribuir para uma universidade mais humana e democrática, coerente com as reivindicações das novas gerações e necessária aos novos tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, C.R. (2006) *A pesquisa participante e a participação da pesquisa – Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina*. In BRANDÃO, C.R. e STRECK, D.R. (Orgs.) Pesquisa Participante: O Saber da Partilha. Aparecida, SP, Ideias e Letras.

IPHAN, Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, in <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?jsessionid=3C2FC8C2C138004A6E5D183E2D048AF3?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>, consultado na internet em 08/06/2011.

FREIRE, P. (1985) *Extensão ou Comunicação?* 8ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GARCIA, P.B. *Paradigmas em crise e educação*. In Crise de paradigmas e educação. São Paulo, Cortez, 1995.

JELIN, E. (2000). *Processos culturales em la construcción de la ciudadanía*. In Jelin, E. et.al *Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

MONTEIRO, Elaine e SACRAMENTO, Mônica. *Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: Ação Coletiva e Identidade Negra em Comunidades Tradicionais*. Trabalho apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto – 4 a 9 de fevereiro de 2009. Universidade do Minho – Portugal.

SANTOS, Boaventura Souza.(2005) *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez.

_____. (2004) *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo, Cortez.